

I CHAMADO INTERNACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS DO AMAPÁ E NORTE DO PARÁ

(Macapá, 18 a 22 de junho de 2018)

DOCUMENTO FINAL

O I Chamado Internacional dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará, realizado de 18 a 22 de junho de 2018 em Macapá, representa nosso anseio de nos fazer ouvir, de ecoar nosso chamado em espaços que, tradicionalmente, são fechados e resistentes. Por isso a Articulação das Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANP), juntamente com os povos Apalaí, Waiana, Tiriýó, Kaxuyana, Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno, Galibi Kalinã e Waiãpi resolveu **chamar** não somente os povos indígenas, mas as diversas entidades da sociedade civil organizada, governamentais e não-governamentais, para discutir temas que são de interesse coletivo de nossos povos e que foram sistematizados em dez eixos temáticos: 1. Movimento Indígena, Direitos Indígenas e Conjuntura; 2. Megaprojetos, Impactos Ambientais e Terras Indígenas; 3. Convenções, Protocolos de Consulta e Povos Indígenas; 4. Relações Transfronteiriças e Povos Indígenas; 5. Sustentabilidade, Segurança Alimentar e Terras Indígenas; 6. Saúde Indígena e Medicina Tradicional; 7. Universidade e Povos Indígenas; 8. Educação Indígena e Educação Escolar Indígena; 9. Chamado das Mulheres Indígenas; e 10. Chamado da Juventude Indígena, os quais representam as principais demandas de nossas comunidades.

A conjuntura política é extremamente ameaçadora para os povos indígenas no Brasil. Cotidianamente vivenciamos uma série de ações ofensivas do Governo Federal organizadas, articuladas e orquestradas para reduzir direitos conquistados por nossos povos. Todos os dias temos que lutar e resistir contra os avanços de projetos desenvolvimentistas sobre nossos territórios, os quais impactam diretamente o nosso modo de vida e a nossa sobrevivência. Por isso este Chamado é para fortalecer o movimento indígena, pois somente unidos conseguiremos continuar resistindo e lutando pela autonomia de nossos territórios em nível local, regional, nacional e internacional. A partir das discussões dos eixos e em consonância com os anseios dos nossos povos reafirmamos que nós, povos indígenas do Amapá e Norte do Pará, não queremos ser invisíveis ou invisibilizados pela sociedade. Assim:

Não aceitamos o atual modelo de desenvolvimento e a implementação de grandes projetos que ameaçam nosso território e são contrários a nossa forma de pensar a terra e ao nosso modo de vida.

Não aceitamos que as decisões que afetam nossos povos sejam realizadas em gabinetes, sem a consulta prévia, livre e informada.

Não aceitamos que nossa medicina, nossos conhecimentos tradicionais sejam desvalorizados, apropriados e usurpados e que nossas comunidades pereçam sem assistência e sem acesso à saúde.

Não aceitamos que o Estado imponha um modelo de escola que não respeita nosso modo de vida, nossa cultura, nossa língua, nossa história e nossos saberes.

Não aceitamos uma escola que não trabalhe para nossa comunidade, e que não fortaleça nossos processos próprios de ensino aprendizagem, societários e de bem viver.

Não aceitamos que as Universidades se fechem e dificultem nosso acesso a graduação e pós-graduação enquanto continuam entrando em nossas comunidades, alimentando preconceitos e nos tratando como meros “objetos” de pesquisa.

Não aceitamos que professores e pesquisadores se utilizem de nossos conhecimentos e saberes para seus próprios estudos enquanto dão as costas para as nossas reivindicações, pedidos de apoio e organizações.

Não aceitamos que nossa juventude seja seduzida e cooptada pela sociedade, enfraquecendo nossas comunidades.

Não aceitamos que nossas mulheres sejam desrespeitadas em qualquer espaço, dentro e fora de nossas comunidades.

Não aceitamos sermos usados e manipulados por políticos e governos oportunistas que se utilizam de nossa imagem e de nossas lutas para se projetarem e que não apoiam nossas causas.

Exigimos autonomia e respeito para desenvolver e implementar nossos modos próprios de sustentabilidade.

Exigimos a consulta livre e informada e a efetiva participação de nossas comunidades, como preconiza a Convenção 169 da OIT.

Exigimos que nossas comunidades tenham assistência e acesso à saúde de qualidade.

Exigimos que a escola respeite nosso modo de vida, nossa cultura, nossa língua, nossa história e nossos saberes, que trabalhe para nossa comunidade e que fortaleça nossos processos próprios de ensino aprendizagem, societários e de bem viver.

Exigimos reserva de vagas e acesso diferenciado às Universidades, a implementação de políticas de permanência que atendam aos acadêmicos indígenas e que deixemos de ser tratados como objetos de pesquisa para sermos os produtores dos conhecimentos e estudos sobre nós mesmos.

Exigimos que professores e pesquisadores deixem de se utilizar de nossos conhecimentos e saberes para seus próprios estudos e que também atendam ao chamado de nossos povos, organizações e lideranças.

Exigimos que nossa juventude tenha em nossas aldeias todas as condições e acessos para que não sejam obrigadas a migrar para as cidades, separando-se de suas famílias e de seu povo.

Exigimos que nossas mulheres sejam respeitadas em qualquer espaço, dentro e fora de nossas comunidades.

Exigimos que os políticos e governos trabalhem em prol de políticas que garantam a manutenção de nosso modo de vida, direitos e territórios.

Exigimos demarcação já !

Continuamos Chamando a sociedade, os governos, as instituições e as pessoas para dialogar. Queremos ser reconhecidos e respeitados. Temos o direito a igualdade e a diferença. **Essa é a nossa luta e continuamos a resistir!**

Macapá, 22 de junho de 2018.

Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará



CHAMANDO

dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará